

Leite de Vasconcelos e a Arqueologia do Minho

FRANCISCO SANDE LEMOS*

HENRIQUE BARRETO NUNES**

RESUMO

O Director d' *O Archeologo Português*, José Leite de Vasconcelos, tanto através de trabalhos que produziu, quer através da revista que criou, bem como do Museu de Belém, teve uma relevante influência na História da Arqueologia do Minho. Para além do seu conhecimento directo do território minhoto e do património arqueológico da região, organizou uma rede de colaboradores, com os quais mantinha relações de ordem científica e de amizade e que contribuía com textos acerca de novos sítios ou descobertas. Designadamente, Leite de Vasconcelos estudou, de forma profunda, o santuário da Fonte de Ídolo, em Braga, e traçou um programa de pesquisas e de valorização para o monumento, projecto que apenas se concretizou, de modo completo, no século XXI, bem como outra iniciativa que também defendeu: a criação de um Museu de Arqueologia em Braga.

Palavras-chave: Arqueologia – Minho – Braga – Santuário da Fonte do ídolo – José Leite de Vasconcelos

ABSTRACT

The Director of the “Archeologo Português” (Portuguese Archaeologist), José Leite de Vasconcelos, had a strong influence on the history of Minho archaeology, either through the works he developed or the journal he created, as well as by means of the creation of

* Arqueólogo. sandelemos@gmail.com

** Director da Biblioteca Pública de Braga. hbnunes@bpb.uminho.pt

the Belém Museum. Besides his direct knowledge of the Minho territory and of the region's archaeological heritage, he organized a network of cooperators with whom he maintained scientific and friendly relations, who contributed texts about new sites and findings. Leite de Vasconcelos studied in depth, namely, the sanctuary of Fonte de Ídolo, in Braga, and outlined a programme of research and enhancement for the monument, a project which was fully accomplished only in the 21st century, as well as another initiative he also defended: the creation of a Museum of Archaeology.

Keywords: Archaeology – Minho – Braga – Sanctuary of Fonte do ídolo – José Leite de Vasconcelos

1. INTRODUÇÃO

Neste texto pretende-se não só recordar José Leite de Vasconcelos, como também referir os contextos históricos em que viveu e trabalhou, e ainda determinar genealogias cognitivas, de modo a contribuir para a História da Arqueologia Potuguesa.

Inicialmente, pensou-se em restringir o artigo à intervenção de Leite de Vasconcelos nos estudos de *Bracara Augusta* e na história do património da cidade. No entanto, considerou-se mais interessante alargar o trabalho ao Minho, a fim de tentar estabelecer o modo como funcionava a recolha e difusão das informações e dos materiais, e “reconstituir”, tanto quanto possível, a rede de contactos disseminados pelos diversos concelhos da região. Aliás, um dos primeiros textos publicados por Leite de Vasconcelos foi um breve estudo consagrado a uma aldeia do Minho, Vila Cova (Barcelos), datado de 1878, conforme refere Orlando Ribeiro (1960). A sua ligação com o extremo Noroeste de Portugal principiou quando era ainda estudante no Porto e manteve-se ao longo das décadas seguintes, de forma activa, permitindo-lhe conhecer bem o território e a paisagem.

Os dados recolhidos para este artigo baseiam-se, fundamentalmente, na análise da revista *O Archeólogo Português* (AP), considerada como a plataforma preferencial de comunicação entre o Director do Museu Etnológico Português e as diversas regiões do país. Sem dúvida que a análise exaustiva do conteúdo da correspondência inédita, seriada no *Epistolário* de Leite de Vasconcelos (Coito, 1999), iria acrescentar novos dados, ampliando e completando o quadro que tentámos estabelecer. Porém, o volume de manuscritos é apreciável e, para um estudo eficaz das cartas ou postais, teria sido necessário conhecer, previamente, a biografia de todos os correspondentes, o que implicava uma ampla leitura da

imprensa local da época. Será uma tarefa para o futuro, a enquadrar dentro de um programa de investigação específico.

Mesmo sem a consulta directa das cartas dirigidas por diversas personalidades do Minho ao Director do AP, somente com base nos artigos e notícias impressas na revista julgamos que foi possível recuperar os contornos principais da actividade arqueológica que Leite de Vasconcelos dinamizou no Minho, ao longo de várias décadas, contando com o precioso auxílio de Félix Alves Pereira, natural de Arcos de Valdevez e conservador do Museu Etnológico Português¹.

Todavia, este artigo abre muitos caminhos, pelo que este nosso texto deve ser encarado não como uma pesquisa completa e fechada, mas sim como um programa de investigação, na expectativa de que alguém o desenvolva no futuro, por exemplo num trabalho académico.

A terminar esta breve introdução, convém esclarecer que limitámos o Minho aos distritos de Braga e Viana de Castelo, embora existam quatro concelhos que, em boa verdade, integram o Baixo Minho (Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde), fazendo parte da bacia do rio Ave.

2. O MINHO

O Minho é uma paisagem complexa, mas também muito antiga, com uma marcada intervenção das comunidades humanas, documentada desde o Neolítico, com relevantes contextos de mudança na Idade do Bronze Final, na II Idade do Ferro, na Romanização, bem como em períodos históricos subsequentes. Não houve ainda, para o Minho, um estudo sistemático da sua identidade geográfica, tal como o que Abel Bouhier (1979) dedicou à paisagem da Galiza. Todavia, parte das considerações do geógrafo francês são extensíveis ao Noroeste de Portugal, que partilha com a Galiza numerosos traços.

A fachada atlântica do Noroeste da Península tem um relevo acidentado, mas pouco elevado, com inúmeros vales que formam uma densa rede hidrográfica, onde a água corre em abundância. Invernos amenos e Verões húmidos favorecem a agricultura e as pastagens. Em consequência da maior pluviosidade e de estios, por vezes com períodos de chuva, há um evidente contraste com grande parte da Península: o verde é o tom dominante; a densidade populacional alta; o povoamento disperso; a trama de caminhos apertada; a policultura bem organizada; o ritmo anual das estações climáticas é marcado por apelativas mudanças de cor.

¹ A fim de facilitar a leitura do texto, utilizamos, nas páginas subsequentes, as abreviaturas LV (Leite de Vasconcelos); FAP (Félix Alves Pereira) e FMS (Francisco Martins Sarmento).

Estes aspectos são registados em diversos textos de Leite de Vasconcelos, em particular nos relatos das excursões.

“A manhã estava um tanto novoenta, e de vez em quando caíam borrifos de chuva; mas era agradável, ainda assim, viajar, ora por baixo de verdes latadas cobertas de cachos, ora através de campinas vestidas de milho, ou de montanhas bravias povoadas de penedos enormes...”

“Nós todos a cavalo, os Srs. Drs. Martins Sarmiento e Freitas, embrulhados em mantas, como dois Alentejanos, os Srs. João Gomes, Dr. António Lacerda e eu, embrulhados em cobertores brancos, seguíamos através do nevoeiro, pela serra fóra, à maneira das baladas fantásticas das terras do Norte...”² *Excursão ao Soajo e Peneda*, em Setembro de 1882 (Vasconcelos, 1927, p. 20).

“...estes lindos sítios do Alto-Minho, onde cada elemento da Natureza, fonte, ribeiro, colina, penhasco, arvore, ajuda a conservar os mitos poéticos do passado, e promove a criação de outros novos.” *Excursão a Castro Laboreiro*, no Verão de 1904 (Vasconcelos 1927, p. 21)³.

Aliás, Leite de Vasconcelos estava atento às mudanças na paisagem resultantes, nomeadamente, dos patamares de altitude.

“Em vez de pinheiros, que abundavam até agora, começam a ver-se unicamente vidos ou bidos (i.é. “vidoeiros” ou “bétulas”), carvalhos e plantas rasteiras.”

“Na Alcobaca termina propriamente a cultura do milho, e principia a do centeio”

Excursão a Castro Laboreiro, no Verão de 1904 (Vasconcelos, 1927, p. 22)⁴.

Na verdade, só estas montanhas, as mais altas e afastadas do litoral, as serras da Peneda, Soajo, Amarela, Cabreira e do Gerês, são agrestes. No Minho, em geral, devido a condições geo-climáticas muito favoráveis, a densidade populacional terá sido relativamente alta, pelo menos desde a Pré-História Recente. Assim, o número de sítios arqueológicos que se conservaram é muito elevado e os

² Nevoeiros espessos, tanto no Verão como na Primavera, são frequentes nas serras do Minho. Um dos autores (FSL), na década de 80, a pedido de Vítor Oliveira Jorge e a fim de mostrar as antas e *tumuli* da necrópole megalítica de Castro Laboreiro a um arqueólogo britânico, organizou uma jornada de visita ao planalto em pleno mês de Maio. Porém, o nevoeiro era tão espesso que apenas se conseguiram localizar dois ou três dos cerca de 90 monumentos aí existentes. O arqueólogo estrangeiro, natural da Escócia, não ficou muito surpreendido.

³ Esta passagem do texto de Leite de Vasconcelos é muito interessante, pois sublinha a dimensão mitológica da paisagem, como memória e produtora contínua de narrativas sagradas ou simbólicas.

⁴ O guia de LV nesta excursão foi o Reverendo Manuel José Domingos, Abade de Melgaço.



Fig. 1 – Capa do livro de Leite de Vascellos no qual é relatada a excursão ao Soajo (reproduzido da Biblioteca de Martins Sarmento - Sociedade Martins Sarmento).

marcadores patrimoniais são abundantes, designadamente os chamados monumentos megalíticos, a arte rupestre inscrita nas lages de granito e os castros proto-históricos.

Todos estes vestígios assinalavam as raízes de Portugal, de um país que, a partir de meados do século XIX, se pretendia redescobrir e reordenar, após o caos das invasões napoleónicas, a perda do Brasil e a sangrenta e demorada Guerra Civil⁵. O inventário e estudo da Terra Portuguesa constituíam uma prioridade ideológica e cognitiva. Deste modo, no contexto da segunda metade do século

⁵ Lembramos que o pai e o tio de Leite de Vascellos eram liberais e que foram perseguidos pelos miguelistas. O pai de LV participou nos combates, mas não beneficiou em nada dessa circunstância. De facto, os chefes do movimento liberal e os seus próximos apenas procuraram enriquecer, sem se interessarem pela formação de uma classe média que garantisse a estabilidade de Portugal. Este tema é analisado com frontalidade no conhecido livro de Vasco Pulido Valente: *Os Devoristas*.

XIX, quando se materializa um amplo movimento de pesquisa das origens, a burguesia pacífica e letrada que emergiu, não sem dificuldades, das convulsões da primeira metade de Oitocentos, considerou como prestigiante a descoberta e estudo das “antigualhas”, observáveis nos vales e montes. Sediada nas maiores cidades do país e nas principais vilas das províncias, a burguesia portuguesa da segunda metade do século XIX era formada por juristas, médicos, proprietários abastados, militares, sacerdotes ou comerciantes prósperos. Muitos tinham-se licenciado em Coimbra, ou noutras academias, onde pontificavam as novas ideias, como o evolucionismo e o conceito de uma longa latitude temporal na história das sociedades humanas.

Assim, embora de forma suave, rompeu-se com a tradicional linha de pesquisa da Igreja, que dedicava particular atenção à Epigrafia, aos caminhos antigos e aos monumentos romanos. É paradigmático que, enquanto Francisco Martins Sarmiento investe o seu tempo, saber e dinheiro no estudo da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso, o padre Martins Capela desenvolva o estudo sistemático dos “letreiros”, publicando o seu conhecido livro sobre *Os Miliários do Conventus Bracaraugustanus* (1895). Neste livro, as inscrições dos miliários, cujo estudo é, sem dúvida, bem organizado e criterioso, são enquadradas numa história moral e cristã do Império (Capela, 1895).

O passado clássico foi integrado, pela nova burguesia, numa dimensão conceptual mais ampla, o registo da etnicidade. Na verdade, desde a década de 50 do século XIX, sucessivas gerações assumiram um projecto etnológico amplo para Portugal, abrangente e diversificado, sem fronteiras cognitivas ou regionais. Para Leite de Vasconcelos, o Museu Etnológico e *O Archeologo Português* deveriam congregar a diversidade da nação portuguesa, do Minho ao Algarve.

Esta tarefa nunca poderia ser uma obra solitária, mesmo liderada por uma personalidade com a energia, a capacidade de trabalho, o entusiasmo, a disciplina e o método de Leite de Vasconcelos, mas, necessariamente, o produto de um movimento de colaborações, iluminado pelo mesmo objectivo.

No caso do Minho, ou melhor, do Noroeste de Portugal, o programa etnológico tinha um pioneiro: Francisco Martins Sarmiento. Este último deixou bem expresso que procurava, tão somente, através das suas escavações e prospecções, recolher dados para estabelecer as raízes étnicas dos portugueses (Martins, 1995). No entanto, será como arqueólogo que se vai consolidar o seu magistério. É também neste contexto que a identificação dos Lusitanos reveste uma significativa importância ideológica.

Assim, na folha de rosto de um opúsculo da autoria de Leite de Vasconcelos (*Á Galliza. No segundo Centenário de Calderón*), impresso em 1881 e oferecido ao investigador de Guimarães, lê-se: “Ao illustre autor do livro Os Lusitanos o ...

e ... Dr. Martins Sarmiento oferece, como prova de amizade e respeito, o auctor". Porém, anos mais tarde, pelos menos duas outras dedicatórias de LV, inscritas em separatas oferecidas a FMS, são mais específicas, mencionando o "illustre" ou distinto "archeólogo".

Justifica-se, pois, antes de analisarmos a rede dinamizada pelo Director do AP, referir as portas já abertas pelo investigador de Guimarães, em particular, no estudo de um dos principais marcadores patrimoniais do Minho: os castros. "Póde bem dizer-se, embora como uma vulgar imagem, que os trabalhos de Martins Sarmiento nas suas estações archeologicas da margens do Ave foram um verdadeiro descerrar de cortina, com que principiou a desvendar-se, na ethnologia portuguesa, uma civilização ignota" (Pereira, 1908).

3. O LEGADO DE MARTINS SARMENTO

Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), um perfeito exemplo de um *gentleman* do século XIX, da burguesia ilustrada e urbana portuguesa de Oitocentos, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e com uma sólida formação intelectual, foi o primeiro a estabelecer um projecto claro e objectivo, de inventariar todos os vestígios arqueológicos do Entre Douro e Minho, sem uma diferenciação apriorística (Sarmiento, 1879). O seu nome ficaria mais ligado ao estudo dos castros mas, de facto, nas suas prospecções, registava tudo o que fosse testemunho do passado, incluindo as lendas e tradições populares. A abrangência deste programa encontra-se registada, quer nos seus apontamentos (*Antiqua*), quer nas aquisições que fez: Anta de Pero Moço (Pinhel – Guarda); Mamoia de Donai (Bragança); Lage dos Sinais (Barcelos); Citânia de Briteiros (Guimarães).

O programa de Martins Sarmiento desenvolveu-se de uma forma sólida e em sucessivas etapas e frentes: prospecções nos diversos concelhos do Noroeste de Portugal, desde Marco de Canavezes a Caminha; escavações em locais que considerou mais relevantes, como a Anta da Barrosa ou a Citânia de Briteiros; patrocínio de outros trabalhos arqueológicos; criação de uma Sociedade à qual legou os sítios adquiridos e grande parte dos seus bens, incluindo a biblioteca; e, no âmbito dessa Sociedade o lançamento de uma revista e a organização de um Museu (Lemos, 1995).

A biblioteca reunida por Francisco Martins Sarmiento, e cujo conteúdo ainda não foi estudado de forma aprofundada, revela, por um lado, uma actualização permanente dos conhecimentos (assinatura de revistas e compra de bibliografia inglesa, francesa e alemã) e, por outro, a admiração que a sua personalidade suscitava (ofertas de autores portugueses e estrangeiros). Figura estimada e independente de qualquer poder, Martins Sarmiento exercia um magistério



Fig. 2 – Francisco Martins Sarmento (Retrato em pintura; Sociedade Martins Sarmento).

incontestado, em especial, após 1880, quando se realizou a excursão ao Norte do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas de Lisboa (Lemos, 1988).

Ainda estudante da Escola Médica do Porto, Leite de Vasconcelos estabeleceu contactos com o arqueólogo vimaranense, com o qual partilhava o interesse pela Etnologia. Esteve no Solar da Ponte, em Briteiros, e participou em várias das expedições organizadas por Martins Sarmento a vários pontos do Minho,

designadamente, ao Soajo e serra da Peneda. No relato desta última, entre o registo de toda uma série de informações de natureza filológica e etnográfica, anota num parágrafo significativo, em que sublinha a autoridade de FMS:

“Da Peneda, onde passámos a noite, regressámos ao Soajo; d’aqui partimos logo para Ponte da Barca. Nada houve notável durante o regresso, senão o descobrimento, na serra, de seis dolmens, que o Sr. Martins Sarmiento, com a competência que todos nele reconhecem, examinou devidamente” (Vasconcelos, 1927).

Aliás, como já referimos, do acervo da biblioteca de Francisco Martins Sarmiento constam numerosas separatas oferecidas por Leite de Vasconcelos, incluindo pequenos livrinhos de poemas, com temáticas curiosas, como a *Cava de Viriato*, que se inserem no espírito nacionalista em crescendo. A mais antiga data é de 1879, multiplicando-se nos anos seguintes. Da livraria, como se dizia na época, de FMS consta um total de 41 títulos de Leite de Vasconcelos, com pequenas dedicatórias cordiais, o que revela, tal como a correspondência trocada, uma vontade mútua de cooperação que se prolongou ao longo de duas décadas (anos 80 e 90 do século XIX).

Convém, por outro lado, sublinhar que o jovem estudante de Medicina não parava quieto e as suas viagens não se limitavam ao litoral, tendo-se deslocado às inóspitas alturas da serra de Montesinho e à longínqua terra de Miranda. Noutro texto (Lemos, 2001), referimos o itinerário seguido por Leite de Vasconcelos em Trás-os-Montes, sendo forçado a percorrer parte das etapas em dorso de cavalo e a dormir em “tavernas” (comentário irónico de Martins Sarmiento recordado, posteriormente, pelo fundador do AP), embora noutros locais tenha sido acolhido em casa de parentes, condiscípulos ou pessoas a quem fora recomendado.

Aliás, Leite de Vasconcelos, nas páginas introdutórias de *As Religiões da Lusitânia*, legitima a sua autoridade para elaborar uma síntese, entre outros motivos, devido ao seu conhecimento do território português, e enumera, de forma breve, as muitas “excursões” que efectuou. Na verdade, transcorridos mais de cem anos, esta faceta do seu perfil é admirável, quando ainda hoje muitos autores escrevem sobre espaços de Portugal onde nunca estiveram, ou apenas atravessaram de relance.

Se Leite de Vasconcelos desde cedo convergiu com Francisco Martins Sarmiento no mesmo objectivo, diversas personalidades do Porto procuraram o apoio do arqueólogo vimaranense, na década de 80. Todavia, quando se começam a organizar os seus possíveis discípulos, Francisco Martins Sarmiento foi minado por várias doenças que, progressivamente, quebraram a sua energia e capacidade de trabalho.

Deste modo, criou-se um vazio que deveria ter sido, em princípio, preenchido pelos discípulos a quem ele dedicava mais atenção, o chamado Grupo da *Portugália*

(Rocha Peixoto, Ricardo Severo e José Fortes). No entanto, este grupo não possuía uma sólida base logística e os seus membros estavam, talvez, demasiado embrenhados em questões epistemológicas, procurando desenvolver um projecto de articulação entre a Arqueologia e a Antropologia, demasiado ambicioso para os meios de que dispunham.

Entretanto, Leite de Vasconcelos, porventura mais pragmático, e tendo *O Archeologo Português* como plataforma logística, compreendeu melhor a outra vertente do projecto de Francisco Martins Sarmento: o inventário do Património, a cartografia e registo das Antiguidades de Entre Douro e Minho, modelo extensível a todo o país. A própria estrutura do AP estava organizada para o efeito e a regularidade da publicação garantia a sua eficácia como rede informativa. Sobre este conceito de rede, de que tanto hoje se fala, mas que, de facto, estava perfeitamente definido no século XIX, graças ao telégrafo e ao sistema de correios, já nos referimos noutro texto (Lemos, 2001).

Não nos deve surpreender, pois, que Leite de Vasconcelos tenha herdado e aprofundado com vigor, o projecto de inventário e estudo esboçado por Martins Sarmento. No Noroeste baseou-se, parcialmente, na rede de correspondentes que já tinham cooperado com o arqueólogo vimaranense, mas também estabeleceu novos contactos, espalhados pelos diversos concelhos do Minho, alargando, amplamente, a malha de colaboradores.

Por outro lado, a ligação de Leite de Vasconcelos, de *O Archeologo Português* e do Museu de Belém com o Minho vai ser reforçada através de Félix Alves Pereira, que antes de ingressar nos quadros daquela instituição (1902) já se interessava pelas antiguidades, pelo menos a partir de 1893, segundo o próprio (Pereira, 1902).

A estratégia do Director do AP suscitou, como seria de esperar, a animosidade do grupo da *Portugália*, cujos membros se consideravam os autênticos discípulos de Francisco Martins Sarmento. A violenta e conhecida polémica entre os arqueólogos do Porto e o Director do Museu de Belém terá tido outros motivos abertamente expressos (a recensão crítica publicada no AP); mas, no fundo, o que estava em causa era a suposta intromissão de alguém, que tinha um projecto mais vasto, num território que entendiam ser o legado de Martins Sarmento.

Como se sabe, o grupo da *Portugália* não teve a durabilidade que os seus protagonistas almejavam. Rocha Peixoto morreu em 1909, com 43 anos. Ricardo Severo deslocou-se, em definitivo, para o Brasil em 1908. No Porto, após o episódio de fulgor da *Portugália*, não se constituiu nenhuma equipa com a mesma qualidade nem se destacou nenhuma personagem especial, que pudesse competir com Lisboa. O Museu Municipal do Porto nunca alcançou o mesmo dinamismo

do Museu Etnológico, embora conseguisse algumas peças de grande valor, tanto lapidares, caso da Pedra dos Namorados, descoberta em Bilhares (Ermida), na serra Amarela, como metálicas (fundo de pátera em prata do Castro de Alvarelhos).

Por outro lado, após a morte de Francisco Martins Sarmento, apesar da Direcção da SMS ser formada por nomes destacados, a Arqueologia não voltou a ter o mesmo relevo em Guimarães.

Assim, se compararmos a *Revista de Guimarães* com *O Archeologo Português*, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, verificamos que o património arqueológico do Minho tem maior acolhimento na revista de Lisboa, alimentada, directamente, pelo próprio Leite de Vasconcelos, por Félix Alves Pereira e pelos correspondentes.

4. O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO MINHO N' *O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS*

Registam-se no AP vários tipos de textos relacionados com o Minho: artigos sobre estações ou peças arqueológicas; recensões críticas; obituários; registo de objectos oferecidos ao Museu; transcrições de notícias recolhidas na imprensa local; apontamentos extraídos das *Memórias Paroquiais* de 1757 ou do *Dicionário* de Cardozo.

Ao longo da primeira série, ou seja, nos 30 volumes publicados sob a direcção de LV, o número de textos referentes ao território minhoto é significativo (várias dezenas), sendo a temática muito abrangente, como é normal na época, desde os monumentos megalíticos à Arqueologia Cristã. A larga maioria dos textos é assinada por Félix Alves Pereira e Leite de Vasconcelos, por esta ordem. Além destes, só encontramos sete outros autores: Albano Belino; M. J. da Cunha Brito; Luís de Figueiredo da Guerra; Fonseca Cardozo; Martins Capela; Monsenhor José Augusto Ferreira e João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde).

Entre LV e FAP parece haver uma certa repartição de temas: o primeiro interessa-se mais pela Epigrafia, pelas religiões antigas e pelos museus; o segundo dedica mais interesse aos *tumuli* e aos castros, embora sem esquecer outros registos arqueológicos, incluindo o período medieval.

Por outro lado, o director da revista reserva para si três aspectos que considerava inerentes ao seu magistério e à função científica e didáctica do AP: as recensões críticas, por vezes muito incisivas, embora evitando aspectos pessoais, salvo se previamente provocado; as notícias necrológicas, nas quais procura avaliar as personalidades e a sua obra, através dos contributos para o avanço dos conhecimentos; pequenos textos de síntese sobre uma determinada temática,

normalmente questões de ordem mitológica, que serão desenvolvidas, de forma mais ampla, em *As Religiões da Lusitânia*.

Para além de LV e de FAP, os poucos colaboradores que assinam textos revelam o ecletismo dominante na época, podendo ser divididos em três categorias: 1) Autores que, de um modo ou de outro, já tinham um currículo bibliográfico anterior na área da especialidade, como Martins Capela, Albano Belino, Fonseca Cardozo e Oliveira Guimarães.

2) Personalidades com dimensão regional em diversas áreas de investigação, mas que também se interessaram pela Arqueologia: casos de Luís de Figueiredo da Guerra e de Monsenhor José Augusto Ferreira.

3) Amadores possivelmente convidados a enviar textos, aumentando, deste modo, o valor do AP como base de dados: caso do padre M. J. da Cunha Brito, que noticia as antas e mamoaos do concelho de Ponte de Lima.

O número e frequência de textos de cada um dos autores supramencionados são variáveis, bem como a sua actualidade. O ritmo de textos sobre o Minho é irregular, tornando-se muito espaçados e quase raros a partir de 1911, o que, provavelmente, decorre da saída de Félix Alves Pereira para os quadros do Parlamento. Posteriormente, o arqueólogo minhoto, talvez após a reforma, volta a colaborar nos últimos volumes do AP, divulgando notas de campo que tinham permanecido inéditas.

Por outro lado, verifica-se uma evidente assimetria entre as duas zonas do Minho, sendo mais favorecido o Alto Minho, o que resulta do contributo directo de FAP e da sua influência no vale do Lima e do Minho. No âmbito do Baixo Minho, o número de textos que incide sobre a Arqueologia de Braga é quase esmagador, em relação aos restantes concelhos do distrito.

Comparando estes dados com os de Trás-os-Montes, registam-se elementos coincidentes a par de diferenças assinaláveis. Como aspecto comum às duas regiões há, em cada uma, um colaborador que se destaca pelo volume dos artigos. No caso de Trás-os-Montes, a figura dominante é o Coronel Albino Pereira Lopo, que assinou 52 textos sobre a Arqueologia nordestina. No Minho, destaca-se, como já apontámos, Félix Alves Pereira, que subscreve um total de 20 artigos e notas acerca da região.

Um era militar e o outro jurista, duas profissões que, no Portugal Contemporâneo, sempre se notabilizaram. Escreviam bem e procuravam ser rigorosos nas descrições dos sítios, embora o espírito romântico que os anima interfira, por vezes, nas narrativas empíricas, se bem que consistentes. Para além destes traços similares, há um ponto em comum que pode justificar a proeminência na colaboração com o AP: ambos tiveram responsabilidades institucionais.

O Coronel Albino Pereira Lopo como fundador e primeiro Director do Museu de Bragança, entre 1897 e 191? (Lemos, 1993); por sua vez, Félix Alves Pereira foi conservador do Museu Etnológico entre 1902 e 1911 (Nunes, 1984).

Os conhecimentos de Albino Pereira Lopo, no domínio da Arqueologia, eram frágeis. Em contrapartida, os seus textos caracterizam-se por um pormenor descritivo, topográfico e paisagístico pouco habitual para a época. Posicionava os sítios com rigor, utilizando “croquis” cartográficos, à escala 1:100 000. Para além destes aspectos, que revelam um trabalho de campo assaz regular, a intervenção de Pereira Lopo na História da Arqueologia de Trás-os-Montes fez-se sentir num outro domínio: a criação do Museu Municipal de Bragança (1896). As colecções que reuniu iriam sobreviver a uma fase crítica, ocorrida nos anos vinte, sendo ampliadas nas décadas seguintes por acção do Abade de Baçal e de Raúl Teixeira.

Félix Alves Pereira tinha conhecimentos mais profundos e, como funcionário do Museu de Lisboa, dirigiu trabalhos arqueológicos em diversos pontos do país. Será, porventura, mais preciso nas descrições, e os materiais recolhidos são desenhados e fotografados, figurando nos textos. Já a nível cartográfico, os seus artigos e notas são mais débeis. De qualquer modo, podem ser considerados como pioneiros os seus comentários sobre as estátuas de guerreiros ditos lusitanos ou galaicos. Do ponto de vista do registo arqueológico, são interessantes as suas observações sobre a estratigrafia observada no povoado fortificado proto-histórico do Coto da Pena (Arcos de Valdevez) (Pereira, 1915). Em síntese, deu continuidade às duas vertentes essenciais da Arqueologia do Minho: a investigação das necrópoles megalíticas e o estudo dos castros. Sem o contributo de FAP teria havido, provavelmente, uma séria ruptura nestas linhas de pesquisa, depois da morte de Francisco Martins Sarmiento (em 1899) e da dissolução do grupo da *Portugália* (1908). A relevância que Félix Alves Pereira atribuiu àqueles dois marcadores patrimoniais repercutiu-se, favoravelmente, quer numa difusa actividade regional, dispersa em revistas e jornais do Minho e que se manteve activa até à década de 70, quer no regresso desses temas a instituições estatais (Universidade do Porto) e da sociedade civil (Sociedade Martins Sarmiento), a partir dos anos 20 do século XX.

Retomando a comparação entre as duas regiões, verifica-se que as notícias sobre a Arqueologia do Minho não só são menos abundantes do que seria de esperar, como também se verifica uma certa irregularidade.

De facto, enquanto que, em Trás-os-Montes, o número dos restantes colaboradores directos é de 8, no Minho apenas contamos 4 nomes com mais de um título. Esta diferença suscita perplexidade, porquanto seria de esperar o contrário, pois o número de quadros intelectuais era muito superior no Minho. Tal perplexidade acentua-se quando se contabiliza, no Epistolário, o elevado

número de pessoas residentes nesta última região e que se correspondiam com Leite de Vasconcelos (mais de cem, somando várias centenas de cartas). Podemos admitir que parte dessa correspondência se limitava a assuntos correntes ou familiares, e outra parte incidiria sobre Etnologia (no sentido estrito) ou Filologia e menos na área da Arqueologia. Mesmo assim, regista-se uma disparidade que só a leitura de todas as cartas poderá explicar. Só o desenvolvimento de um projecto de investigação incidente sobre o conjunto do epistolário dirigido a Leite de Vasconcelos, que incluía uma base de dados relacional, permitirá extrair conclusões, designadamente, sobre as temáticas mais recorrentes.

No caso concreto dos textos impressos no AP, já sublinhámos que os temas eram muitos abrangentes. Um deles, que muito interessava a Leite de Vasconcelos, era a Epigrafia, em particular, quando revelava divindades, etnónimos ou antropónimos indígenas. Não nos deve surpreender pois o destaque que atribuiu à Fonte do Ídolo, singular monumento da capital do Minho.

5. O ESTUDO DA FONTE DO ÍDOLO

Neste texto, dedicado a Leite de Vasconcelos e à sua relação com a Arqueologia do Minho, seria inevitável fazer um “zoom” sobre a Fonte do Ídolo, à qual aquele investigador dedicou sucessivos artigos e várias páginas em *As Religiões da Lusitânia*. Efectivamente, os trabalhos de Leite de Vasconcelos sobre o santuário rupestre revelam persistência, método e rigor. Por outro lado, o impacto científico e patrimonial da sua intervenção repercutiu-se ao longo das décadas subsequentes, como adiante se verá.

Embora não se justifique neste artigo uma descrição do monumento, por ser sobejamente conhecido e dispor de inúmeras referências bibliográficas, convém referir que até 1936 o santuário esteve escondido no logradouro de um prédio da Rua das Águas (zona leste da cidade de Braga), numa mina de água para a qual se descia por degraus, um sistema frequente no Minho.

Não conseguimos determinar o ano exacto em que José Leite de Vasconcelos visitou pela primeira vez o sítio. Sabemos que, em 1894, volta, pela segunda vez, ao Quintal da Fonte do Ídolo, desta feita acompanhado por José de Sousa Machado, secretário da Câmara Municipal de Braga, Henrique Rouffé, funcionário da Biblioteca Pública e José Joaquim de Oliveira, dono do terreno. Na sequência das observações que anotou, publica um primeiro texto sobre a Fonte, na *Revista Lusitana* (1895).

Entretanto, recebe um desenho com as esculturas e inscrições do santuário, elaborado por Domingos Rebelo Barbosa, desenhador da Direcção das Obras Públicas, certamente encarregado da tarefa por diligências de José Machado.

Trata-se de um excelente registo do alçado do monumento, à escala 1:10, completado com o levantamento da mina e sua secção, à escala 1:50. Considerando que se justificava um novo exame ao local, Leite de Vasconcelos regressou a Braga em 1896, divulgando, de seguida, uma nova leitura das epígrafes em dois periódicos (*Revista Lusitana* e *Revista crítica de história y literatura española e portuguesa*). Informou, também, Emílio Hübner das suas observações, o que levou o sábio alemão a corrigir a sua anterior interpretação (EE - VIII, 115). Finalmente, em 1903, Leite de Vasconcelos realiza uma terceira visita a Braga e à Fonte do Ídolo, desta vez na companhia de Albano Belino.

Redigiu, assim, depois destas sucessivas deslocações, o extenso texto publicado em 1905, no II volume das *Religiões da Lusitânia*, onde, para além de propor uma leitura coerente das inscrições do santuário, regista dados interessantes sobre a sua história⁶. Para além disso, apresenta uma leitura completa da inscrição, leitura que se manteve actual até à década de 80, quando Alain Tranoy apresentou uma nova hipótese (1981). Recentemente, novas propostas (Rodríguez Colmenero, 1993, 1995, 2002 e 2006) alteram a hipótese do dedicante estar representado, questionando a interpretação de Leite de Vasconcelos, embora se mantenha a leitura das epígrafes, com ligeiras variantes. Mas, por outro lado, recuperam, de forma ampla, a ideia de um anterior culto, possibilidade já adiantada em 1905 (Vasconcelos, 1905).

Deste modo, após a primeira divulgação do santuário por Contador de Argote (1728 e 1732), os artigos de Leite de Vasconcelos confirmam a relevância do local. Aliás, no texto publicado nas *Religiões da Lusitânia*, em poucos parágrafos, o autor propõe um programa de valorização que, infelizmente, demorou mais de um século a concretizar-se: a classificação como Monumento Nacional, apenas formalizada em 6 de Junho de 1910; a aquisição do sítio, que se concretizou em 1936; o arranjo do acesso e uma adequada entrada, trabalhos efectuados também em 1936 pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; a cobertura do santuário, protegendo as inscrições, objectivo que apenas se alcançou já no século XXI em 2003 (Lemos, 2005; Silva, 2006).

Infelizmente, uma das suas recomendações não foi cumprida: uma escavação metódica do local (Vasconcelos, 1905). De facto, as obras da DGEMN, na década de 30 do séc. XX, não foram precedidas por trabalhos arqueológicos, tendo havido um acompanhamento muito sumário por iniciativa de Carlos Teixeira (1938).

⁶ Assim, de acordo com os elementos referidos pelo Director do Museu Etnológico, o monumento terá sido visitado em 1862 pelo monarca D. Pedro V e pelo Marquês de Sousa Holstein, ocasião em que se aventou a possibilidade de cortar e retirar do quintal o bloco granítico, onde estava o santuário. Indica, também, os nomes dos sucessivos proprietários do quintal, desde o século XVII.

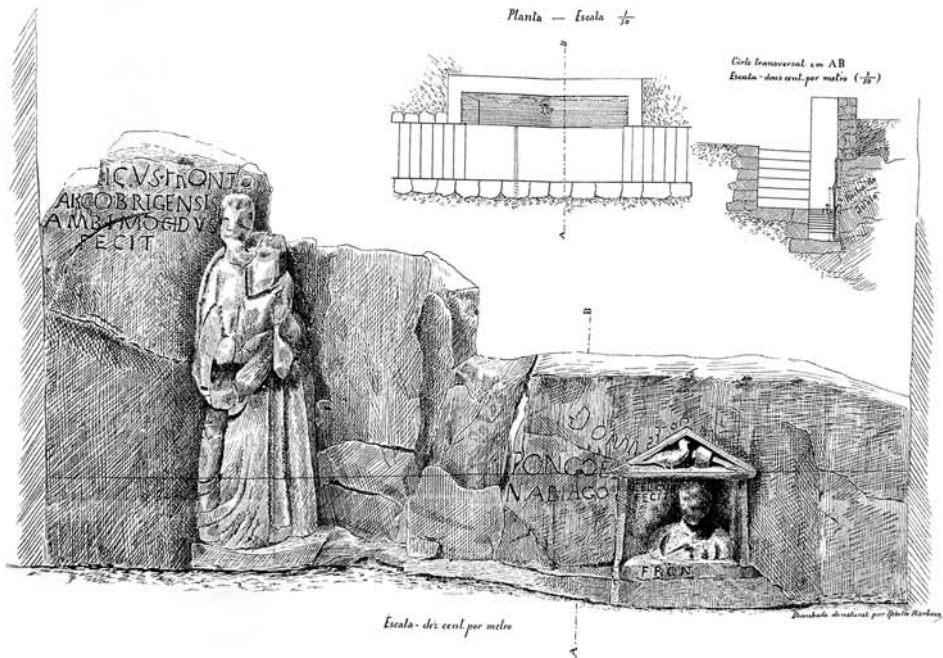


Fig. 3 – Desenho da Fonte do Ídolo da autoria de Domingos Rebelo Barbosa (reproduzido das *Religiões da Lusitânia*).

A zona contígua ao santuário foi revolvida até à rocha. Assim, nas escavações realizadas em 2002, apenas se registaram estruturas arqueológicas num sector a mais de seis metros a sul do monumento (Lemos, 2005). A zona adjacente à superfície granítica com as figuras e epígrafes foi revolvida até ao substrato rochoso. De qualquer modo, a recente intervenção permitiu um primeiro ensaio de reconstituição do santuário (Garrido *et al*, 2008), respondendo a algumas das questões que Leite de Vasconcelos colocou.

Contudo, se o estudo da Fonte do Ídolo e o seu destino patrimonial foram bem sucedidos, já Leite de Vasconcelos não foi capaz de evitar a destruição do Castelo de Braga em 1905, demolido por iniciativa da Vereação, com grande aplauso popular (Vasconcelos, 1905a). Apenas ficou a Torre de Menagem (Monteiro, 1906). O director do AP nunca se esqueceu desse acontecimento e, alguns anos volvidos no volume XVII (1912), regista a morte de José Maria Rodrigues de Carvalho, apontando-o como um dos principais protagonistas da destruição e sublinhando a responsabilidade do antigo Par do Reino no funesto desfecho do caso.

Também a sua insistência na criação de um Museu em Braga, a partir da colecção de Albano Belino, não teve seguimento. O acervo reunido por este último, e que integra algumas das peças mais emblemáticas de *Bracara Augusta*, foi depositado



Fig. 4 – Imagem da demolição do Castelo ou Cidadela de Braga (publicada na *Ilustração Portuguesa*, 21 Maio 1906).



Fig. 5 – Retrato de Albano Belino (Fototeca do Museu de D. Diogo de Sousa).

no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, onde ainda pode ser observado⁷. Aliás, tanto LV, como F. Martins Sarmiento tinham plena consciência da riqueza arqueológica de *Bracara Augusta*. O primeiro registou, nos seus textos de *O Archeologo Português*, esse interesse, relembrando o projecto do Museu Arqueológico, que só foi retomado na década de 80 do século XX, sendo finalmente inaugurado em 2007.

O tempo necessário para a concretização destes dois projectos (valorização da Fonte do Ídolo e Museu Arqueológico), mais de um século, suscita perplexidades várias e levanta questões sobre as dificuldades estruturais da sociedade portuguesa,

compreensíveis no âmbito do Estado Novo, mas menos aceitáveis na II República que já leva mais de três décadas de existência.

⁷ No âmbito da organização da exposição temporária do Museu de D. Diogo de Sousa, foi solicitada à Sociedade Martins Sarmiento o regresso a Braga dessas peças, designadamente do Pedestal de Semelhe. Um dos autores (FSL) foi de parecer contrário, por considerar que, deste modo, se estava a alterar a História, tanto mais que aquele museu possui um amplo acervo de materiais de Braga.

6. O SISTEMA EM REDE

Já mencionámos os nomes dos colaboradores directos do AP, no quadro do Minho: Albano Bellino (Braga); Martins Capela (Terras do Bouro); Monsenhor José Augusto Ferreira (Vila do Conde – Braga); Abade Tagilde (Guimarães); M. J. da Cunha Brito (Ponte de Lima); Luís de Figueiredo da Guerra (Viana do Castelo)⁸.

O trajecto da colaboração entre Albano Belino e Leite de Vasconcelos não deixa de ser curioso. Belino, natural de Gouveia, tendo vivido em Guimarães onde se casou, transferiu-se, mais tarde, para Braga. Nesta cidade, tornou-se um próspero comerciante e, apesar da sua fraca instrução, encontrou na pesquisa das “antigualhas”, influenciado por FMS, uma actividade que permitiu a descoberta e recolha de inscrições de excepcional valor epigráfico, tanto para o estudo de *Bracara Augusta*, como da rede viária romana. Em 1896, o director do AP publicou recensões críticas algo violentas sobre dois opúsculos de Belino: *As inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguesias dos arredores*; e *Inscrições Romanas de Braga*. Todavia, logo no ano seguinte, LV (1897) apoia o projecto de criar um Museu de Arqueologia na cidade, precisamente com base na colecção reunida por AB. Mais tarde, não só é acompanhado por este último na sua terceira visita à Fonte do Ídolo em 1903, como também numa excursão à Citânia de Santa Luzia. Anos depois, em 1905, vai lutar ao lado do comerciante de Braga e de outras personalidades locais, como Manuel Monteiro, na defesa do Castelo de Braga, combate que terminou ingloriamente com o desmantelamento irreversível da cidadela. A destruição do monumento perturbou, de forma grave, a saúde de Albano Belino, que faleceu com 43 anos na sequência de uma “comoção cerebral” e “apoplexia” (Vasconcelos, 1906). O apontamento necrológico é muito elogioso.



Fig. 6 – Albano Belino junto à sua colecção de valiosas epígrafes, no Largo das Carvalheiras (fotografia publicada em *O Archeologo Português*, XVI, 1909).

⁸ Os textos que publicaram no AP encontram-se assinalados na bibliografia.

Outro autor de Braga que contribuiu para o AP foi José Augusto Ferreira (1860-1944), cónego da Sé. Membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses distinguiu-se, sobretudo, como investigador da História Eclesiástica das dioceses de Braga e Porto, sendo a sua obra de referência os *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (século III-XX)*, publicada em 4 volumes entre 1928 e 1935. Trata-se de um trabalho de grande rigor e de pormenor, de consulta obrigatória para diferentes áreas disciplinares, incluindo a Arqueologia. Dedicou também alguma atenção à História de Arte, publicando trabalhos sobre igrejas e mosteiros de Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Colaborou com 5 títulos no AP, designadamente o “Esboço Histórico da extinta diocese de Dume, junto aos muros de Braga”.

Em Guimarães, destaca-se um outro autor, João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde), que escreveu dois artigos, um deles sobre um tema científico relevante: os mosaicos das Termas de Vizela, núcleo urbano romano que poderá ter sido uma *mansio* de grandes dimensões, situada no limite sul da *civitas* de *Bracara Augusta*, na via que ligava esta cidade a *Emerita Augusta*. O Abade de Tagilde (1853-1912), com numerosos trabalhos publicados na *Revista de Guimarães*, dedicou-se, principalmente, ao estudo da História local, ocupando, em paralelo, cargos de natureza cultural, tendo pertencido à Direcção da Sociedade Martins Sarmento, da qual foi Presidente entre 1902 e 1905. Interveio na política como opositor da ditadura de João Franco e chegou a Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, nos anos que precederam a instauração da República.

Noutra sede do distrito, em Viana de Castelo, o colaborador do AP era Luís de Figueiredo da Silva Guerra (Viana do Castelo, 1853-1931). Licenciado em Direito, foi juiz em várias comarcas, nomeadamente Ponte da Barca, Monção, Vila Nova de Cerveira e Esposende. Foi também professor do liceu e director da Biblioteca e do Museu de Viana de Castelo. Dedicou-se ao estudo do património e história locais, colaborando na imprensa minhota (*A Aurora do Lima; O Regional; Límia; Lusa; Gente Minhota* e outros títulos), em almanaques, em revistas culturais (*Anais das Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Histórico Português; O Instituto; Portucalé*) e em enciclopédias. Fundou a revista *Arquivo Vianense* e escreveu diversas monografias regionais. No AP publicou sete títulos, de que se devem destacar: “Os Castelos de Fraião e de Pena da Rainha”; “Límia e Brutobriga”; “Vestígios romanos no concelho de Viana de Castelo”; “O Castro da Areosa”.

Também no Alto Minho estava sediado outro autor: Manuel José da Cunha Brito (Arcos de Valdevez, 1872-1955). Foi pároco de diversas freguesias do concelho da sua naturalidade e professor do ensino secundário em Ponte de Lima e nos Arcos. Colaborou em jornais locais, no *Almanaque de Ponte de Lima* e na

Revista Lusitana. No AP, publicou quatro artigos sobre temas de Arqueologia: “Observações a O Archeólogo Portuguez”; “Achados de Moedas Romanas”; “Antas do concelho de Ponte de Lima”; e “A Necrópole cristã de Tavarez (Arcos de Valdevez)”.

Estes autores, como se pode verificar pela sua actividade, não eram simples colaboradores do AP, mas estudiosos que exerceram influência regional, publicando também nos jornais locais o que amplificava o eco da Arqueologia, fazendo convergir, deste modo, temáticas tratadas a nível nacional com os marcadores patrimoniais do Minho. Todos eles trocaram assídua correspondência com Leite de Vasconcelos, supondo-se que lhe facultaram dados utilizados nas suas obras de Arqueologia, Etnologia ou Filologia.

Entre os correspondentes que não chegaram a publicar qualquer texto no AP, mas que integravam a rede de amigos e contactos de LV, podemos citar dois exemplos ilustrativos do sistema em rede: António José de Pinho Júnior e Diocleciano Torres.

António José de Pinho Júnior (Monção, 1881-1960) era licenciado em Direito, tendo sido advogado e, já durante a República, Presidente da Câmara de Monção e Governador Civil do distrito de Viana de Castelo. Foi homem de vasta cultura histórica, etnográfica e filológica. Dirigiu “O Regional”, jornal que se publicou em Monção entre 1901 e 1919. Não deixou uma vasta bibliografia, apesar dos numerosos textos divulgados na imprensa. Colaborou em diversas revistas, casos da *Águia*, *Arquivo do Alto Minho*, *Mínia* e *Revista Lusitana*. José Leite de Vasconcelos, quando ia ao Alto Minho, hospedava-se em sua casa, mas deve ter-se interessado sobretudo pelos seus conhecimentos filológicos, tendo-lhe dedicado um estudo sobre *As Canções de Berço*, de 1907. António Pinho acompanhou LV em pesquisas arqueológicas, como foi o caso das escavações na Cividade de Paderne (Melgaço), em 1903, sendo citado como “rebuscador, como eu, de cousas velhas” (Vasconcelos, 1930).

Diocleciano Torres (Monção, 1841-1916) era agrimensor, contador do Juízo da Comarca, e também terá acompanhado LV em prospecções no vale do Minho. Era desenhador de certo mérito, como o comprova um pequeno livro de apontamentos que hoje se conserva no Arquivo Municipal de Monção e onde reproduz diversos monumentos e sítios arqueológicos. Não se conhecem quaisquer textos de sua autoria, a não ser uma carta transcrita por LV (Vasconcelos, 1902b).

Estes nomes, tanto de autores de textos impressos no AP como de pessoas que acolhiam Leite de Vasconcelos e o acompanhavam nas visitas a locais, embora sejam apenas uma pequena parte dos contactos no Minho, revelam não só abrangência profissional, mas também a relevância política, cultural e técnica das personalidades. Como se criou e desenvolveu esta rede de conhecimentos é um tema que deverá ser investigado, a fim de tentar detectar determinados padrões.

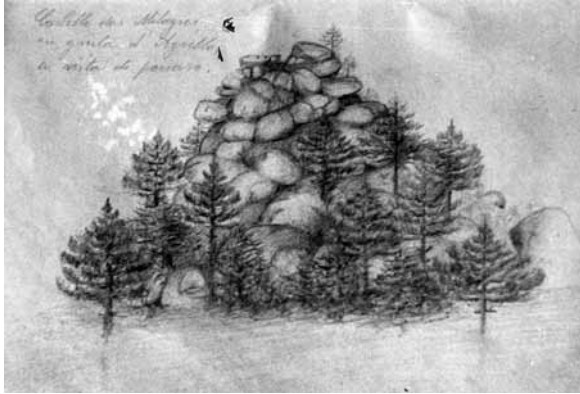


Fig. 7 – Desenho de Diocleciano Torres: Castelo dos Milagres (Arquivo Municipal de Monção).

De qualquer modo, é evidente que o Director do AP, através do seu relacionamento com as elites regionais, garantiu com eficácia, quer a recolha de informações, quer a fluidez da oferta de objectos para o Museu.



Fig. 8 – Desenho de Diocleciano Torres: Castro de S. Caetano (Arquivo Municipal de Monção).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como decorre das páginas anteriores, José Leite de Vascelos foi um dos mais destacados elementos da burguesia ilustrada de finais do século XIX e primeiras décadas do seguinte. Contribuiu, no domínio da sua especialidade, para garantir a transição da Monarquia para República, consolidando a ideia de Nação com sólidas raízes ancestrais, muito para além de regimes políticos transitórios. Nascido na Beira Alta, licenciou-se no Porto, e, ainda jovem, viajou

até aos limites setentrionais do país, tanto no litoral como no interior. Mais tarde, centralizou a sua actividade profissional e científica em Lisboa, mas o objectivo de conhecer todos os cantos do país esteve sempre presente na sua vida e obra (Ribeiro, 1960). No entendimento do fundador do Museu Etnológico, o exercício de um magistério científico exigia o conhecimento profundo do território, das pessoas que o habitam e das comunidades que se sucederam no mesmo espaço.

Por outro lado, Leite de Vasconcelos utilizou com mestria, e de forma incansável, o conceito de rede: *O Archeologo Português* como ponto de troca de informações; o Museu como plataforma; o caminho-de-ferro como meio de transporte; os correios e o telégrafo como meios de comunicação; a imprensa periódica como veículo de cultura. Assegurou a capitalidade de Lisboa sem, no entanto, esquecer as diferenças regionais, designadamente o Minho.

Todavia, os esforços realizados tanto por este Mestre como por Francisco Martins Sarmiento e por outros nomes maiores que se inscrevem como “os pais fundadores” da Arqueologia, não tiveram, em meados do século XX, a continuidade que seria desejável. Ainda encontramos redes de cooperação científica e cultural a funcionar após 1918, mas de uma forma mais esporádica. O projecto de inventariar as “antiguidades” (hoje diríamos recursos arqueológicos) do país confina-se a níveis regionais.

O regime de Oliveira Salazar, estabilizada a Ditadura, retomou, na aparência, o projecto dos sábios da “Belle-Époque”, mas não teve (nem pretendia...) o apoio social necessário, sendo incapaz de mobilizar a burguesia ilustrada. Alegadamente, as perturbações políticas e sociais subsequentes a 1910 tinham interrompido o dinamismo cultural da Nação. De facto, o modelo dirigista assente na Junta Nacional de Educação e na DGEMN, apesar dos meios investidos, nunca conseguiu estabelecer uma rede e uma política patrimonial semelhante à que Leite de Vasconcelos organizou. Se é verdade que se recuperaram muitas ruínas, como Marcelo Caetano alegou (1977), não é menos certo que os critérios científicos foram excluídos, notando-se mesmo falta de interesse, senão mesmo insensibilidade, como na destruição selvática do barroco da Sé de Braga. Recordamos, por exemplo, que, do projecto para a Fonte do Ídolo preconizado por Leite de Vasconcelos, apenas se cumpriu parte (durante o “Estado Novo”), esquecendo-se, irreversivelmente, um dos pontos essenciais: as “excavações methodicas” (Vasconcelos, 1905)⁹.

⁹ Um dos autores (FSL) dirigiu, entre 2002 e 2003, as escavações que precederam o recente projecto de valorização da Fonte do Ídolo. Havia a esperança de que, por baixo das lages colocadas na década de 30 do século XX pela DGEMN, na zona contígua à Fonte, se conservassem estratos intactos. Apesar do cuidado com que a escavação foi realizada e da expectativa diária em se descobrirem evidências relevantes, verificou-se que os sedimentos tinham sido revolvidos até à rocha, talvez para regularizar a superfície de assentamento das lages.

Os mais destacados herdeiros de Martins Sarmiento e de Leite de Vasconcelos estavam alheados dos parâmetros científicos que os animavam. Em Guimarães, o Coronel Mário Cardozo, apesar do seu voluntarismo e persistência, tendo sido um fiel cumpridor das linhas estabelecidas no século XIX, em nada inovou. O sucessor de Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno, não foi capaz de manter a proeminência nacional do Museu Etnológico. Assim, na II Série de *O Arqueólogo Português*, são raríssimas as referências ao Minho, ou mesmo ao Norte. Pode-se, eventualmente, colocar uma questão de personalidades. Mas o problema é mais amplo. No quadro social do Estado Novo, não havia espaço para dinâmicas que favorecessem competitividade, a crítica. A rigidez do sistema asfixiava o mérito. As dinâmicas em rede, tal como foram lideradas por Leite de Vasconcelos, com um movimento próprio, não eram autorizadas ou sequer incentivadas.

Mantemos, pois, o nosso entendimento de que o Estado Novo foi a “Idade das Trevas”, por muito que se pretenda argumentar em contrário. No entanto, apesar do profundo impacte negativo do regime ditatorial, as instituições criadas em finais do século XIX subsistiram, cumprindo-se actualmente, de forma ampla, os objectivos que estavam no horizonte dos seus fundadores. O Museu Nacional de Arqueologia é um exemplo.

BIBLIOGRAFIA

- ARGOTE, J. Contador de (1728) – *De Antiquitatibus conventus bracaraugustani*. Lisboa. (1732) – *Memórias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Espanhas*. Lisboa. Vol. 1.
- BELINO, A. (1895) – *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguesias rurais*. Braga: Typografia Ocidental.
- (1898) – *Cartas sobre Epigraphia romana*. Braga: Typografia Lusitana. 32 p.
- (1899) – Catálogo das moedas romanas, celtiberas e wisigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 16 (2-3), p. 79-90.
- (1900a) – Catálogo das moedas romanas, celtiberas e wisigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 17 (3), p. 137-147.
- (1900b) – Catálogo das moedas romanas, celtiberas e wisigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 17 (4), p. 187-203.
- (1901) – Catálogo das moedas romanas, celtiberas e wisigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmiento. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 18 (3-4), p. 136-155.
- (1900) – *Archeologia Christã*. Lisboa: Empreza da História de Portugal.
- (1900) – Questionário Archeológico. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 295-297.
- (1903) – Novo deus bracarense. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 46-47.
- (1903) – Epigraphia romana de Braga. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, 9, p. 101-102.
- (1904) – Bracara Augusta. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, 10, p. 118-119.

- (1905) – O Museu de Braga (Projecto). *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 10, p. 15-16.
- (1909) – Cidades Mortas. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 14, p. 1-28.
- BRITO, M. J. da C. – (1908) – Achados de moedas romanas. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 13, p. 94-98.
- (1910) – Antas do concelho de Ponte de Lima. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 15, p. 313-317.
- (1933) – Necrópole cristã de Tavarez (Arcos de Valdevez). *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 29, p. 83-92.
- BOUHIER, A. (1979) – *La Galice. Essai Géographique et d'analyse d'un vieux complexe agraire*. Dissertação de Doutoramento, La Roche-Sur-Yon, Vendée.
- CAETANO, M. (1977) – *As Minbas Memórias de Salazar*. Lisboa: Ed. Verbo.
- CAPELA, M. – (1895) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal. Relíquias de Epigraphia romana*. Porto: Typ. De Artur José de Sousa e Irmão. 272 p.
- (1896) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus*. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 91-104.
- CARDOSO, F. (1897) – Pedras com insculpturas nos arredores de Vianna do Castelo. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 3, p. 170-172.
- COITO, L. C., int. (1999) – Epistolário de José Leite de Vasconcelos. Lisboa: MNA. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 1).
- FERREIRA, J. A. (1908) – Esboço histórico da extinta diocese de Dume, junto aos muros de Braga. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 13, p. 76-91.
- GUERRA, L. F. da (1900) – Limia e Brutóbriga. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 2-7.
- (1900) – Os castelos de Fraião e de Pena da Rainha. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 134-136.
- (1900) – Vestígios romanos no concelho de Vianna do Castelo. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 175-177.
- (1903) – Legenda enigmática. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 258-260.
- (1909) – O castro de Areosa. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 14, p. 59-60.
- GUERREIRO, M. V. (1960) – Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos. In *José Leite de Vasconcellos. Livro do Centenário*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 109-130.
- GUIMARÃES, J. O. (1902) – Vasilha antiga. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 7, p. 265-266.
- (1903) – Mosaicos romanos de Portugal. 2. Mosaicos de Vizela. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 243-246.
- HÜBNER, E. (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptiones Latinarum*. Berlim: Georgium Reimerum. vol. II.
- LEMONS, F. S. (1985) – A conferência de 1877 na Citânia de Briteiros. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. S. 2, p. 195-214.
- (1988) – A excursão ao Norte de Portugal do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (1880): Braga e a Citânia de Briteiros. *Forum*. Braga. 4, p. 43-56.
- (1995) – Martins Sarmento na Arqueologia Portuguesa dos anos setenta e oitenta. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, p. 117-126.
- (2001) – Para a História da Arqueologia Portuguesa: Leite de Vasconcelos e a Arqueologia Transmontana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 19, p. 13-27.
- (2005) – Fonte do Ídolo, Braga – História e contexto arqueológico do monumento. *Actas do II Seminário Intervenções no Património*. Porto: DGEMN e FEUP. p. 359-372.
- MARTINS, M. (1995) – Martins Sarmento e a arqueologia dos castros. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, p. 127-138.

- MIRANDA, S. de (1932) – Primícias do Paleolítico em Arcos do Valdevez. *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*. Viana do Castelo. 1. p. 111-114.
- MONTEIRO, M. (1906) – A cidadela de Braga. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. 2ª Série, 13, 21 de Maio, p. 402-406.
- NUNES, H. B. (1984) – Félix Alves Pereira e a arqueologia do Alto Minho. *Terra de Val de Vez*. Arcos de Valdevez. 4. p. 7-22.
- PEREIRA, F. A. (1895) – Castelo de S. Miguel-o-Anjo. Notas de um reconhecimento. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 1, p. 161-175.
- (1898) – O Castelo de S. Miguel-o-Anjo. Mais alguns achados. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 4, p. 231-238.
- (1898) – Dois machados de bronze. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 4, p. 88-93.
- (1898) – Insculpturas em rocha em castros de Valdevez ou vários penedos com pias. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 4, p. 289-303.
- (1902) – Epigraphia Christiana Latina. Uma inscrição inédita. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 7, p. 81-97.
- (1902) – Um passeio archeológico no concelho de Arcos de Valdevez. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 7, p. 193-209.
- (1903) – Ainda a inscrição christã de S. Pedro de Arcos (Nª Sª do Valle) em Arcos de Valdevez. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 204-212.
- (1903) – Um castro com muralhas. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 214-219.
- (1903) – Dois machados de bronze. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 30-31.
- (1903) – Novas mamoadas da Serra do Soajo. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 72-75.
- (1906) – Um gróvio autêntico. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 11, p. 202-209.
- (1907) – Ara celtibérica da época romana. Um novo “Génio”. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 12, p. 101-102.
- (1908) – Novo material para o estudo da estatuária e arquitectura dos castros do Alto Minho. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 13, p. 202-244.
- (1909) – As lagaretas do castro de S. Miguel-o-Anjo em Ázere. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 14, p. 310-314.
- (1910) – Habitações castrejas do Norte de Portugal. Uma hipótese da sua reconstituição. *Límia*. Viana do Castelo. 1. p. 11-14.
- (1915) – Cinegética e Arqueologia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 20, p. 224-258.
- (1915) – Novas figuras de guerreiros lusitanos descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo da Guerra. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 20, p. 1-16.
- (1923/1924) – Rascunho das velharias de Entre Lima e Minho. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 26, p. 251-282.
- (1927/1929) – Rascunho das velharias de Entre Lima e Minho. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 155-158.
- (1927/1929) – Jornada de um curioso pelas margens do Lima. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 1-51.
- (1933) – Rascunho das velharias de Entre Lima e Minho. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 29, p. 251-282.
- (1933) – Os vestíbulos das habitações citanienses. *Livro de Homenagem a Francisco Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. p. 27-30.
- RIBEIRO, O. (1960) – Vida e obra de José Leite de Vasconcelos. In *José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 65-100.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1993) – *Corpus-Catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*. A Coruña: Ediciós do Castro. 151 p. (Anejo de Larouco; 1).
- (1995) – *Corpus de Inscripciones rupestres de época romana del cuadrante NW de la Península Ibérica. Saxa Scripta (Inscripciones en Roca)*. *Actas del Simposio Internacional Iberico-Itálico sobre epigrafía rupestre*. Coruña. p. 198-205. (Anejo de Larouco; 2)

- (2002) – Deuses da Planície: Nabia e assimilados. In *Religiões da Lusitania. Saxa Loquuntur*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 25-30.
- (2006) – La “Fonte do Ídolo” (Braga), Santuario Rupestre de una Ciudad Romana (texto inédito).
- SARMENTO, F. M. (1899) – *Observações à Citânia do Snr. Doutor Emilio Hübner*. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira. 47 p.
- SILVA, P. (2006) – Projecto de Musealização da Fonte do Ídolo: um novo monumento para a cidade. *Monumentos*. Lisboa. 24, p. 201-203.
- TEIXEIRA, C. (1938) – Subsídios para o estudo da Arqueologia Bracarense. *Prisma*. Porto. 2 (3). p. 145-153.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Editions Du Bocard.
- VASCONCELOS, J. L. de (1882) – *Uma excursão ao Soajo*. Barcelos: Typographia do Tirocínio. 38 p.
- (1893-1895) – O deus Bracarense “Pongoaenabiagus”. *Revista Lusitana*. Porto. 3, p. 307-315.
- (1896) – O deus Bracarense “Pongoaenabiagus”. *Revista Lusitana*. Porto. 4, p. 284.
- (1895) – Castros. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 1, p. 3-7.
- (1895) – Ruínas pré-romanas de Sabroso. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 1, p. 251.
- (1896) – Bibliographia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 116-134. (Recensão crítica de Inscrições romanas de Braga, de Albano Belino).
- (1896) – Bibliographia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 267-269. (Recensão crítica de *Miliários do Conventus Bracaraugustanus* de Martins Capella).
- (1896) – Estátuas de guerreiros lusitanos, *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 29-32.
- (1897) – O Museu Municipal de Braga. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 3, p. 78-80.
- (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. 1.
- (1898) – Bibliographia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 3, p. 239-240. (Recensão crítica do volume 15 da *Revista de Guimarães*).
- (1900) – Archeologia do Alto Minho. Dádiva ao Museu Ethnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 5, p. 33-40.
- (1901) – F. Martins Sarmiento. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 6, p. 30-48.
- (1902a) – Estátua de um guerreiro lusitano. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 7, p. 23-26.
- (1902b) – Antigualhas de Monção. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 7, p. 285-288.
- (1903) – Archeologia Bracaraugustana. Inscrições romanas. Projecto de Museu. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 296-299.
- (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. 2.
- (1905a) – O Castelo de Braga. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 10, p. 375-379.
- (1905b) – Os gróvios. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 10, p. 287-292.
- (1906) – A Deusa Nabia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 11, p. 280-284.
- (1906) – Necrologia. Albano Bellino. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 11, p. 318-320.
- (1907) – Estela sepulcral arcaica do Alto Minho. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 12, p. 275-281.
- (1909) – Dolmens da Boulhosa (Alto Minho). *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 14, p. 294-296.
- (1909) – Nota a respeito dos Gróvios e Célticos. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 14, p. 131-132.
- (1912) – Necrologia. Oliveira Guimarães, Abade de Tagilde. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 17, p. 207-208.
- (1916) – Necrologia. Pereira Caldas. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 21, p. 367.
- (1927) – *De Terra em Terra. Excursões Arqueológicas-Etnográficas através de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 vol.
- (1933) – Castros Lusitânicos. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 29, p. 31-49.
- (1958) – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.

